

**EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA, OS PARTIDOS POLÍTICOS E A GLOBALIZAÇÃO:
REFLEXÕES SOBRE O PENSAMENTO POLITICO DE GRAMSCI**

**THE DEMOCRATIC EDUCATION, POLITICAL PARTY AND A GLOBAL
SOCIETY: REFLECTIONS ABOUT THE POLITICAL THOUGHT OF GRAMSCI**

PANSARDI, Marcos Viniciusi¹
SCHLESENER, Anita²

RESUMO

Este artigo busca, a partir de aspectos da formação política de Gramsci, referenciados especialmente em fragmentos dos Cadernos do Cárcere, explicitar a noção de democracia implícita na compreensão da organização interna do partido como um dos instrumentos de educação organização democrática e de formação de um pensamento autônomo e de renovação da vida institucional. Conclui-se com um adendo, com a discussão sobre o papel do partido e das características da democracia na sociedade globalizada.

Palavras-chave: Gramsci; educação democrática partidária; partidos políticos; globalização.

ABSTRACT

This work approaches a reflection about the political thought of Gramsci: a notion of democracy on the intern organization of the party how one from moments of education and of renovation from institutional life. This work ends with a discussion about the party and the characteristics of democracy in a global society.

Key words: Gramsci; democratic education; political party; global society.

¹ Doutor em Educação, Professor do Mestrado em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná.

² Doutora em Educação, Professora do Mestrado em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná.

INTRODUÇÃO

A partir de alguns aspectos da formação política de Gramsci, toma-se como referência especialmente fragmentos dos Cadernos do Cárcere para explicitar a noção de democracia implícita na compreensão da organização interna do partido como um dos instrumentos de organização democrática e de formação de um pensamento autônomo e de renovação da vida institucional.

Para tanto, cabe explicitar os conceitos de democracia e partido político, que assumem significados diferentes se tratados no contexto da sociedade capitalista ou se abordados no âmbito do projeto revolucionário que Gramsci se empenhou em construir e defender. A abordagem delimitar-se-á aos escritos de Gramsci, mostrando elementos da experiência de militante que permaneceram ao longo de sua obra e outros que se modificaram nas reflexões carcerárias.

A partir do conceito de democracia, que recebeu significações diferentes no curso da história, acentuam-se diferenças fundamentais entre a democracia burguesa e a democracia operária, objetivo das lutas dos trabalhadores europeus no início do século XX. Já nos escritos de 1916-1920, Gramsci acentuava que as afirmações do liberalismo eram o ideário que correspondia aos objetivos da burguesia, que ela tendia a concretizar no Estado burguês e que, junto ao proletariado, essas idéias tinham um papel mistificador de modo que precisavam ser questionadas porque significavam "sacrifício das próprias necessidades, da própria personalidade, da própria combatividade" (GRAMSCI, 1975), nos cadernos essa concepção é reafirmada e ampliada na crítica à "utopia democrática": a democracia burguesa se sustenta à medida que o modelo utópico que a alimenta funciona como invólucro e simulacro de uma realidade social cujo conteúdo é a desigualdade.

Um dos aspectos salientados por Gramsci é que o ideário liberal, que assumiu formas diferentes na política, sedimentou-se no senso comum consolidando-se a partir de um discurso que separa dicotomicamente o econômico do político quando, na verdade, essas instâncias se entrelaçam, se implicam reciprocamente e interagem dialeticamente. Ao pressupor esta separação, a concepção liberal transformou a teoria em um instrumento mistificador que se constituiu historicamente em sua força política, influenciando o discurso de esquerda, principalmente no movimento sindical que, de modo mecanicista, acabou por entender que as mudanças se desencadeiam a partir do econômico. Gramsci acentua que nenhum equilíbrio de forças se rompe por causas mecânicas imediatas, mas sim pelo papel que os problemas econômicos imediatos desempenham no quadro dos conflitos políticos, que se manifestam como "exasperação dos sentimentos de independência, de autonomia e de poder". Pode-se separar as instâncias para análise, "por razões didáticas", mas a realidade é sempre mais complexa e precisa ser abordada como um conjunto orgânico de relações de força.³

Outro aspecto discutido por Gramsci é a idéia de igualdade que sustenta a democracia burguesa, principalmente na prática do sufrágio universal e da crença comum de que o número seja a "lei suprema" e a expressão da vontade comum,

³ Q. 13 (XXX), par. 17, p. 1587

que se traduziria na quantidade como garantia da qualidade. No contexto da democracia burguesa a igualdade de representação não se efetiva porque, além da desigualdade instaurada, a ausência de transparência e de mecanismos de controle da representação transformam o voto em mero simbolismo legitimador da ação de políticos que agem em nome de interesses individuais ou de grupos.

Sabe-se que tais limites não são colocados para declarar a inutilidade do sufrágio universal, que foi uma conquista histórica. A argumentação de Gramsci tem o objetivo de, por um lado, demonstrar os limites do sufrágio universal no contexto da democracia burguesa e, por outro, combater o argumento dos que desejam suprimir o estreito limite de liberdade política que existe no âmbito dessa mesma democracia (no caso, o argumento da *Crítica Fascista*); Gramsci afirma que de modo algum é verdadeiro que “o número seja a ‘lei suprema’ nem que o peso da opinião de cada eleitor seja exatamente igual”. Em qualquer caso em que se empregue a estatística, os números têm apenas um valor instrumental e possibilitam uma margem de medida para mostrar a correlação de forças em um dado momento político.⁴ A questão política deve ser abordada em seu aspecto qualitativo a fim de mostrar as limitações da participação das classes trabalhadoras no bojo da estrutura de poder da sociedade capitalista.

A democracia concretiza-se à medida que se consolidam relações de hegemonia como processo de formação de um consenso passivo ou como forma de elaborar uma consciência crítica e, nesse contexto, o que o voto permite medir é a “capacidade de expansão e de persuasão” de um grupo político, na expressão de seu programa político. Os votos são “a manifestação terminal de um longo processo” em que se empenham as forças políticas (e econômicas, que sistematicamente falsificam o consenso numérico). A noção de igualdade que sustenta o sufrágio universal na democracia burguesa gera a ilusão de participação igualitária no sistema representativo, ilusão que serve para manter uma prática mistificadora ou para tolher ao homem comum “aquela infinitésima fração de poder que ele possui no decidir sobre o curso da vida estatal”.⁵

A base do sistema representativo moderno está na formação da opinião pública no seio da sociedade civil. É neste âmbito que se pode obter uma aproximação da igualdade política por meio da formação de uma consciência crítica a ser alcançada no processo de organização política. A sociedade civil é o espaço de enfrentamento político: na sociedade capitalista o poder econômico pode determinar o processo de decisão agindo no âmbito da formação de opinião, tanto que os grupos dominantes se empenham em controlar os meios de comunicação, instrumentos privilegiados de divulgação e persuasão. A desigualdade econômica estende-se à luta política e a torna também desigual. Todos estes fatores debilitam a participação das classes trabalhadoras no processo democrático burguês e daí a importância da cultura no contexto de um projeto político.

Outra questão importante para a compreensão da democracia burguesa na leitura de Gramsci é o funcionamento do Parlamento. É no interior da democracia burguesa e dos fundamentos do capitalismo que o sistema de representação parlamentar é

⁴ Q. 13 (XXX), par. 30, p. 1624.

⁵ Idem, p. 1624-1625.

limitado, em decorrência da própria estrutura política no contexto do capitalismo; sua função e ação certamente se ampliariam em uma nova ordem social em que as barreiras da desigualdade econômica fossem superadas. Embora acentue em alguns fragmentos que, na Itália, a atuação de políticos como Giolitti gerou o descrédito do parlamentarismo, a questão principal é que o parlamentarismo não esgota a função representativa: Gramsci acentua que a admissão dos limites do parlamentarismo “não leva a concluir que o regime burocrático deva ser reabilitado e exaltado. E necessário ver se parlamentarismo e regime representativo se identificam e se não é possível uma solução diversa tanto do parlamentarismo quanto do regime burocrático, com um novo tipo de regime representativo”.⁶

A partir da reflexão sobre os limites dos regimes representativos burgueses explicita-se a noção gramsciana de democracia que, de certo modo, aproxima-se da noção grega: a democracia grega construiu o público como movimento orgânico no qual a prática do debate ocorria com transparência e no qual os homens elaboravam, pela expressão de um pensamento livre e aberto, a sua consciência política. Em qualquer momento histórico, é a democracia que gera condições para o exercício do pensamento e, com ele, proporciona um poder (de expressão, de criação, de emancipação política) que se concretiza na capacidade de um homem decidir sobre o seu próprio destino e contribuir para a construção da sociedade ou para a gestação de uma nova sociabilidade. Esta experiência foi vivenciada por Gramsci nos Conselhos de Fábrica, cuja ressonância transparece na caracterização de um partido político no qual autonomia do pensamento individual elabora-se na formação de uma concepção de mundo coletiva e continuamente reformulada pela prática política. Um processo de educação mútua que nasce da ação política e a alimenta, gerando a capacidade de romper com os limites estruturais do sistema de produção capitalista e de instaurar as bases da nova democracia operária.

Nos escritos anteriores a 1926, as tarefas do partido apresentavam-se como uma ação política e cultural no sentido da união de “todas as classes oprimidas” e de convencimento de “todos os estratos da população de que o proletariado comunista é a classe dirigente na constituição de um novo poder estatal”, ou seja, o partido deveria “criar as condições em que seja possível que a revolução proletária se identifique com a revolta popular contra o Estado burguês”.⁷

Para os trabalhadores, a vivência da liberdade individual supunha superar o individualismo com um crescimento da própria personalidade na vida coletiva, na qual o indivíduo “se enriquece com as experiências de todos os outros homens, que vivem as mesmas dores e esperanças”.⁸ Importante se fazia manter a “convicção de que a liberdade para todos é a única garantia das liberdades individuais” opondo ao vago conceito de liberdade de pensamento uma nova noção de liberdade, construída a partir de um novo modo de ser e de pensar gerados pelo espírito de iniciativa, pela solidariedade e respeito.⁹ Esta tarefa cabia, em grande parte, ao partido, com a função de preparar as classes trabalhadoras para o exercício do poder unificando as várias forças existentes nos vários setores da produção em

⁶ Q. 14 (I), par. 49, p. 1708.

⁷ GRAMSCI, Antonio. *Due Rivoluzioni*. 03.07.1920, LN., p. 138.

⁸ GRAMSCI, Antonio, *Spirito associativo*, SM., p. 372

⁹ GRAMSCI, Antonio, *Individualismo e coletivismo*. SG., p. 186.

torno de um pensamento orgânico e crítico, o que exigia a renovação interna de suas práticas e a experiência cotidiana da gestão democrática. O que a prática

política gerou na atividade anterior a 1926, alimenta as reflexões dos Cadernos do Cárcere, permeando a noção gramsciana de partido político.

A DEMOCRACIA E OS PARTIDOS POLÍTICOS

A primeira noção de Partido delimita-se tanto pela experiência dos Conselhos de Fábrica quanto pela análise conjuntural das várias situações políticas enfrentadas pelo PCI, na Itália e no movimento internacional comunista. Nas análises conjunturais, a necessidade de entender a relação entre partido e classe operária a partir da força organizativa e revolucionária das massas e não de um ponto de vista burocrático e institucional, transparece em vários momentos. Gramsci manifestava claramente que, para ele, o controle e a diminuição do poder burocrático do partido provinha de uma relação contínua com a vida da classe operária, que deveria participar e intervir permanentemente nas políticas partidárias de modo efetivo e não apenas referendando a ação dos dirigentes. O partido, para Gramsci, é uma instituição em permanente construção, que se produz na participação permanente de todos os seus integrantes.

Para Gramsci, a experiência do Jornal L'Ordine Nuovo durante os Conselhos de Fábrica servia de base para propor um novo modelo de partido que se esforçasse em antecipar em sua vida interna o relacionamento político desejado num Estado proletário, isto é, criar já as condições internas de uma democracia concreta. No entender de Gramsci, um partido comunista deveria iniciar já no cotidiano a prática da democracia direta, tendo como objetivo gerar um novo tipo de relacionamento no qual as divergências eram possíveis e desejáveis, mas deveriam nascer da “apreciação diferenciada dos acontecimentos em curso e, por isso, não podiam se solidificar em uma estrutura permanente” e cristalizada.¹⁰

À noção de partido, que Gramsci defende como a prática necessária para a formação dos trabalhadores e a construção de uma nova gestão democrática, contrapõe-se a crítica aos modelos partidários próprios da democracia burguesa. A partir de análises históricas do processo que caracterizou a revolução burguesa italiana, Gramsci acentua que a organização dos partidos políticos na Itália sempre foi frágil porque subordinada a uma estrutura estatal centralizada e autoritária. Nesse contexto, a maioria dos partidos existentes na Itália servem para cumprir fins eleitorais e seus programas não são reconhecidos e respeitados depois das eleições, o que significa dizer que tais partidos não tem explicitamente um projeto político e social que defina a sua ação. Os políticos defendem interesses de grupos e a sociedade civil, controlada por um Estado de estrutura burocrática e autoritária, não conhece claramente seus direitos e nem os caminhos que pode seguir para fazer suas reivindicações. Nessa estrutura, tudo depende da mediação do Estado e “a direção política torna-se um aspecto da função de domínio”, isto é, a hegemonia

¹⁰ GRAMSCI, Antonio. *Lettere (1908-1926)*. Viena, 13.01.1924, p. 175.

se exerce mais como domínio e o grupo dirigente absorve gradual e continuamente os “elementos ativos saídos dos grupos aliados e também dos adversários”.¹¹

Tal situação também não permite que os partidos se fortaleçam e se tornem instrumentos políticos da sociedade civil que, não tendo condições para desenvolver uma consciência política nem opiniões formadas e arraigadas, aceita a fragilidade dos partidos políticos, que servem como mecanismos eleitoreiros, os quais são abandonados pelos políticos quando não cumprem mais seus objetivos. Tais políticos deixam-se levar pelo transformismo, isto é, deixam-se cooptar pelos grupos dirigentes e migram de um partido para o outro, conforme a conveniência.

Muitos fatores contribuem para a existência do transformismo como uma prática política e cultural comum na Itália do início do século XX: a debilidade histórica dos partidos políticos deve-se tanto a uma política historicamente centralizada e paternalista quanto à ação da Igreja católica e à atitude dos intelectuais, afastados dos movimentos populares. Tais fatores geram o conformismo, que é a aceitação passiva da sociedade ante o desconhecimento das formas de agir e modificar esta situação. O próprio modo de encaminhamento político fundado na representação, que se estabelece na democracia burguesa, gera a passividade política, a qual se tornou uma característica das sociedades modernas.

A atuação político-partidária depende e contribui, em grande medida, para a sustentação de determinadas relações de hegemonia, entendendo-se hegemonia como: um grupo social é dominante dos grupos adversários que tende a ‘liquidar’ ou a submeter inclusive com a força armada e é dirigente dos grupos afins e aliados”.¹² A direção intelectual e moral apresenta-se como uma das principais condições tanto para a conquista quanto para o exercício do poder. No Estado liberal as classes dominantes exercem a hegemonia num processo ao longo do qual submetem os outros grupos ou pela coerção ou pela cooptação ou, ainda, pela divulgação de seus valores, que são assimilados pelas classes sociais dominadas tornando-se parte do senso comum. Nesse contexto, forma-se o consenso passivo.

Para os trabalhadores é vital a formação de um partido que gere as condições tanto de formação política e cultural quanto de transformação das relações sociais capitalistas. Nos Cadernos do Cárcere a noção de democracia explicita-se a partir das reflexões sobre hegemonia no contexto da “sociedade regulada” ou da nova sociedade civil que se pretende fundar com o socialismo. Nesse contexto, a democracia deve ser entendida como um processo político, econômico e cultural em que exista uma “unidade ativa, vivente”, entre povo e nação, “qualquer que seja o conteúdo dessa vida”,¹³ de modo que a organização política “favoreça a passagem (molecular) dos grupos dirigidos ao grupo dirigente”.¹⁴ A questão de fundo é saber se o objetivo político que um movimento se põe é o de superar a separação milenar entre dirigentes e dirigidos ou o de conservá-la em benefício do grupo no poder. Todo projeto político, já no início de sua elaboração deve colocar-se, conforme Gramsci, a seguinte questão:

¹¹ GRAMSCI, Antonio, Obras Escolhidas. São Paulo: Martins Fontes, 1978, p. 276.

¹² Q. 19 (X), par. 24, p. 2010.

¹³ Q. 14 (I), par. 72, p. 1740.

¹⁴ Q. 8 (XXVIII), par. 191, p. 1056.

“Se quer que existam sempre governados e governantes ou se deseja criar as condições em que a necessidade da existência dessa divisão desapareça? Ou seja, se parte da premissa da perpétua divisão do gênero humano ou se acredita que a divisão seja apenas um fato histórico, correspondente a certas condições?”¹⁵

Na democracia burguesa esta questão jamais é levantada porque todos são formalmente iguais para fins de representação política e a desigualdade econômica não é um pressuposto porque o econômico é pensado separadamente do político. A existência de governantes e governados é um fato primordial da ação política, mas a superação da divisão entre governantes e governados jamais será colocada no âmbito da democracia burguesa porque se entende que qualquer cidadão tem formalmente o direito de candidatar-se a dirigente, embora efetivamente se saiba que se elegem os que possuem sustentação econômica para a sua campanha política, isto é, os que representam grupos econômicos. Precisamente por apresentar essas características é que, no entender de Gramsci, tal democracia deve ser criticada e seus limites devem ser mostrados às classes trabalhadoras como motivação política para a sua superação. E o melhor caminho para tal é o fortalecimento da sociedade civil e dos partidos políticos. “Posto o princípio que existem dirigidos e dirigentes, governados e governantes, é verdade que os partidos são até agora o modo mais adequado para elaborar os dirigentes e a capacidade de direção”,¹⁶ o que implica acentuar o caráter educacional, formador de uma consciência política, que está agregado, para Gramsci, à noção de partido político.

A democracia operária, para Gramsci, concretiza-se inicialmente nas práticas internas do partido como um dos principais espaços de formação de um consenso ativo, gerado pela participação efetiva de todos no cotidiano político. A nova experiência democrática assim gestada e estendida à sociedade civil consolidaria o que Gramsci denomina “sociedade regulada”. E uma das condições para a sua realização dessa nova política seria introduzir “a igualdade econômica como base necessária da reforma projetada”. Entendendo-se que “não pode existir igualdade política completa e perfeita sem igualdade econômica”,¹⁷ deduz-se do texto de Gramsci que cabe fortalecer a sociedade civil como o espaço próprio da política.

Lembrando que a idéia de “sociedade regulada” já está presente nas noções de “Estado-ético ou sociedade civil” enquanto “Estado sem Estado”, a “sociedade regulada” se caracteriza como um momento em que o “Estado se identificará com a sociedade civil” que, para ser alcançado, supõe “passar por uma fase de Estado-guardião noturno, isto é, uma organização coercitiva que tutelará o desenvolvimento dos elementos de sociedade regulada em contínuo incremento e, portanto, reduzindo gradativamente as suas intervenções autoritárias e coercitivas”. E Gramsci salienta que “tal situação não pode fazer pensar em um novo ‘liberalismo’, embora seja para ser o início de uma era de liberdade orgânica”.¹⁸

Tem-se, portanto, duas situações que dão uma característica específica à teoria política de Gramsci: a superação do Estado na democracia operária é pensada com a politização e o fortalecimento da sociedade civil, isto é, com a superação da

¹⁵ Q. 15 (II), par. 4, p. 1752.

¹⁶ Q. 15 (II), par. 4, p. 1753.

¹⁷ Q. 6 (VIII), par. 12, p. 693.

¹⁸ Q. 6 (VIII), par. 88, p. 764.

sociedade política como instância separada, burocrática e coercitiva, à medida que a sociedade civil toma em suas mãos a ação política; e esta nova situação não pode ser pensada como uma nova forma de liberalismo, isto é, trata-se de uma nova realidade que também não pode ser gerada mantendo elementos da estrutura econômica e políticas vigentes.

A política reformista, no sentido de mudanças graduais no interior da democracia burguesa foi uma prática que mereceu a crítica de Gramsci, por dois motivos principais: primeiro, porque o sistema capitalista se alimenta e se renova ao absorver mudanças graduais; segundo, porque Gramsci entendia que a “unidade história das classes dirigentes acontece no Estado” como resultado das relações orgânicas que se estabelecem entre sociedade política e sociedade civil, enquanto “as classes subalternas, por definição, não são unificadas e não podem se unificar enquanto não possam tornar-se ‘Estado’: a sua história, portanto, está entrelaçada àquela da sociedade civil, e são uma função ‘desagregada’ e descontínua da história da sociedade civil”.¹⁹ A importância de fundar um partido político de massas decorre da necessidade de elaborar uma nova concepção de mundo própria das classes subalternas, concepção que resulta da sua organização política objetiva e da crítica às formas de “seu aderir ativa ou passivamente às formações políticas dominantes”.²⁰ As classes trabalhadoras, à medida que necessitam unificar-se para subverter os mecanismos de dominação e de conformismo que predominam na sociedade capitalista, precisam organizar-se em instituições renovadoras no seio da sociedade civil, para elaborar uma concepção de mundo que reflita e critique as contradições que perpassam seu cotidiano e que esteja comprometida com transformações radicais.

Criar as condições em que a necessidade da existência da divisão social desapareça significa concretizar novas relações políticas, tomar nas mãos o processo de gestão em cada uma das instituições da sociedade civil, entre elas os partidos e as escolas. Uma nova experiência de gestão democrática não mais enraizada na individualidade nem nos objetivos do mercado e do consumo, mas construída por novas relações coletivas de solidariedade e de consciência crítica.

PARTIDOS POLITICOS E GLOBALIZAÇÃO

A importância do partido político para Gramsci não parece sujeito a contestação, porém os tempos atuais têm colocado em xeque a proeminência desta forma de organização política. Por um lado, nos últimos 30 anos tem se discutido, com muita ênfase, o suposto declínio dos partidos políticos como organizações de real importância na política moderna.

Os argumentos clássicos sobre o declínio dos partidos políticos foram desenvolvidos por Panebianco²¹. Segundo o autor, os partidos europeus foram, ao longo do século XX, progressivamente se transformando de “partidos de representação de classes”

¹⁹ Q 25 (XXIII), par. 5, p. 2288.

²⁰ Idem, p. 2288.

²¹ PANEBIANCO, A., Modelos de partido: organización y poder en los partidos políticos. Madri, Alianza Editorial, 1990.

ou “partidos societários” em “catch all parties”, ou seja, perdendo suas referências ideológicas e de classe. Voltando suas atividades preferencialmente para a luta pelo poder e pela conquista de votos, estes partidos, ao buscar ampliar sua base eleitoral, tenderiam a formular propostas muito amplas e vagas, tornando-os ideologicamente pouco distintos. Nesse sentido, a competição eleitoral promove a erosão de duas das principais funções dos partidos políticos, qual seja, a representação de interesses e a construção de clivagens capazes de organizar a vontade dos eleitores. Assim, não é estranho que a aproximação ideológica torna os partidos cada vez mais semelhantes, o que torna corriqueiro as coalizões entre antigos “inimigos de classe”.

Seguindo esses argumentos, acrescentou o crescente desligamento dos partidos (principalmente de esquerda) com as suas bases originais. Assim, os sindicatos perdem sua influência sendo substituídos pela crescente importância dos grupos de interesse; a militância de base torna-se residual, o que leva domínio quase exclusivo dos líderes e dos parlamentares sobre os partidos; e o debilitamento dos laços de fidelidade entre eleitores e partidos.

Contudo, a literatura mais recente tem relativizado estes argumentos, assim sendo o argumento salienta o declínio de certos *modelos* de partidos e não uma crise dos partidos como um todo. Os modelos de partidos em crise seriam: o “liberal” (partidos como defensores de interesses coletivos), o “marxista” (interesses de classe).

Por outro lado, tem-se colocado em pauta o declínio inevitável das formas tradicionais de se fazer política na esquerda. Os partidos e os sindicatos seriam formas obsoletas de conduzir e organizar as reivindicações populares. Tragados no turbilhão da globalização estas organizações não seriam ferramentas adequadas para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo. O declínio crescente do Estado-nação levou consigo todas as formas de organização estatais ou para-estatais de representação política. O surgimento dos “novos movimentos sociais” que levantavam bandeiras não contempladas pela esquerda tradicional, como o feminismo, as questões étnicas, a ecologia, a democracia, a cidadania, a defesa do consumidor, demonstravam o esgotamento da agenda política tradicional.

Diante do surgimento de novas estruturas de poder que foge ao controle do Estado, as organizações fruto de agentes de uma suposta sociedade civil global, como o FMI o Banco Mundial e a OMC, passam a ser o centro do poder globalizado²². Este novo mundo não é visto com otimismo, pois os novos centros mundiais de poder, capazes de reproduzir estruturas de poder a nível mundial, gerando princípios, regras com caráter gerencial, não são permeáveis pelos controles tradicionais da cidadania republicana²³. Adquire relevância, portanto, novas formas de luta política gerada na sociedade civil global, como os movimentos antiglobalização, os

²² Para uma leitura sobre a sociedade civil e o papel das instituições internacionais sob a ótica neo-gramsciana: M. V. Pansardi. Gramsci e a sociedade civil global: apontamentos para uma leitura sobre o papel das instituições internacionais nas políticas públicas em educação no Brasil. SCHLESNER, A., PANSARDI, M.V. (orgs.) Políticas Públicas e Gestão da Educação. Curitiba: UTP, 2007.

²³ COHEN, J. L. Sociedade civil e globalização: repensando categorias. Dados, vol.46, no.3. Rio de Janeiro, 2003.

movimentos ecológicos, as ONGs, etc., a democratização dos novos centros de controle mundiais passam ser seus objetivos centrais.

Por outro lado, a sociedade civil global é vista de maneira positiva, quando não apologética, a esquerda “neo-anarquista” coloca suas esperanças neste espaço que é visto como o reino da solidariedade, da democracia, da justiça e do amor fraterno e não do egoísmo, sentimento propulsor do comportamento mercantil ou político. Tanto o mercado como o Estado são vistos como reinos dos interesses privados, o interesse público em uma sociedade globalizada apenas pode surgir da sociedade civil transnacional.

A “nova esquerda” dos movimentos sociais coloca seu foco político na luta pela democratização da sociedade civil mundial, sua luta não passa pelas estruturas do poder estatal, pois não apenas se caracteriza por ser um movimento pós-estatal como principalmente anti-estatal. A sua concepção de democracia se articula com uma desvalorização do político e uma negação à política institucionalizada, ou seja, com uma despolitização da política e da cidadania²⁴.

Contudo, é com surpresa que se observa que esta negação das práticas políticas da esquerda tenham como uma de suas fontes teóricas exatamente o pensamento de Gramsci, este aparece nos relatos pós-modernos como o teórico da cultura, da superação do Estado pela sociedade civil²⁵. Nada mais estranho para um autor que, como vimos acima, compreendia, não apenas o papel central do partido político como agente de transformação social, mas como também como educador de uma massa trabalhadora, que gestaria em suas entranhas uma nova classe dirigente da futura sociedade socialista.

Caindo na armadilha neoliberal da demonização do Estado e da hagiolatria da sociedade civil, esta esquerda “pós-moderna” constrói uma interpretação que se insere na ilusão de que as “classes subalternas dispersas na multiformidade da sociedade civil, possam chegar à hegemonia só pelo simples desejo e por movimentos parciais e desarticulados, sem constituir-se no terreno sólido da produção, (...) e na fundação de uma nova concepção de Estado”²⁶. Ou seja, a ilusão da construção de um “príncipe pós-moderno”, construído a partir da unificação dos movimentos da sociedade civil global.

Não se nega a institucionalização crescente das relações internacionais, a importância crescente das organizações internacionais, com papel importante para limitar e constranger a ação dos estados, contudo, o foco da autoridade política ainda está essencialmente concentrada nos limites das soberanias nacionais, afinal, estas organizações são elas mesmas originárias dos conflitos e acordos interestatais. A ideologia da globalização, o neoliberalismo, as teorias do “terceiro setor”, tornam popular os termos como “governança global” ou “democracia cosmopolita”, com os quais se pretende propagar o ideal da transformação da sociedade sem necessidade de conquistar o poder estatal.

²⁴ NOGUEIRA, M. A. Sociedade civil, entre o político-estatal e o universo gerencial. Rev. Bras. Ci. Soc. vol.18, no.52, São Paulo, Junho, 2003.

²⁵ COHEN, J. L. *Op. Cit.*

²⁶ SEMERARO, G. *Gramsci e a sociedade civil*. Petrópolis: Vozes, 1999.

É assim que, para Cox²⁷, a esquerda não deve abandonar suas formas tradicionais de luta, os partidos políticos e os sindicatos, porque a luta pela conquista do poder estatal continua na ordem do dia, como vimos, mas também deve ser capaz de lutar nos espaços da sociedade civil, espaço essencial no embate hegemônico, procurando unificar as ações dos movimentos civis, seja nos níveis local, regional e global.

Neste sentido, a sociedade civil ainda se caracteriza pelo espaço de domínio da burguesia, seu aparelho privado de dominação, como diria Gramsci, o que traduzido na linguagem internacional significa o apoio estatal à “esfera privada da economia global”. Ou seja, sustenta o poder global da ordem capitalista. Sendo assim, a ação dessa “esquerda pós-moderna” nada mais faz do que ocultar a real dominação da ordem burguesa mundial e fragmenta os vários movimentos contestatórios numa luta estéril no campo das identidades²⁸.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa compreensão da situação das classes subalternas no contexto da sociedade capitalista, ao lado da crítica aos limites da democracia burguesa e do parlamentarismo nos levam a acentuar que Gramsci propunha uma nova estratégia que ainda não se conseguiu explicitar completamente: como se organizar na sociedade civil e reconstruir a história sem abrir brechas de cooptação? Ou como redimensionar o movimento a cada momento em que ocorrer a absorção do novo pelo sistema vigente? O pensamento gramsciano é original em relação à ortodoxia marxista, profundamente crítico em relação às interpretações e práticas liberais. Trata-se de um pensamento novo que pressupõe uma visão de totalidade e, ao mesmo tempo, a compreensão das relações de poder como uma trama construída e reconstruída num processo de correlação de forças do qual se deve retomar a análise a cada novo momento. A questão cultural é fundamental nesse contexto.

A noção de democracia como “uma era de liberdade orgânica”, remete a um novo conceito, bem mais amplo que o liberal, a ser construído no processo de luta revolucionária. Em momento algum o sentido desse conceito coincide com a liberdade política implementada pelo liberalismo, mas se apresenta como um entrelaçamento de mudança política e cultural no bojo da construção de uma nova ordem social. A relação dialética entre cultural e político permeia os cadernos e possibilita uma nova compreensão de Gramsci, que se traduz em uma posição mental e prática crítica, diversa das tendências reformistas do marxismo que se delinearam no decorrer da história política ocidental. É no contexto dessas breves observações que o texto de Gramsci continua, em nosso entender, a apresentar atualidade.

²⁷ COX, R. Gramsci, Hegemony and IR. In: S. Gill (org.) Gramsci, historical materialism and international relations. Cambridge University Press, 1994.

²⁸ E. M. Wood apud Cox, R. Idem, Ibidem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACANDA, Jorge Luis. **Sociedade civil e hegemonia**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 3006.
- BARATTA, Giorgio e LIGUORI, Guido (Orgs.) **Gramsci: da un secolo all'altro**. Roma: Riuniti, 1999.
- CERRONI, Umberto. **Gramsci e il superamento della separazione tra società e Stato**. In: FERRI, Franco (org). *Studi Gramsciani*. Roma: Riuniti - Istituto Gramsci, 1973, p. 105-114.
- CHIARANTE, Giuseppe. **Società civile e riforma intellettuale e morale**. In: *Critica Marxista*, 1987, n. 2-3, p. 55-65.
- COHEN, J. L. **Sociedade civil e globalização: repensando categorias**. *Dados*, vol.46, no.3. Rio de Janeiro, 2003.
- COX, R. Gramsci, Hegemony and IR. In: S. Gill (org.) **Gramsci, historical materialism and international relations**. Cambridge University Press, 1994.
- DIAS, Edmundo Fernandes. **Gramsci em Turim: a construção do conceito de hegemonia**. São Paulo : Xamã, 2000.
- GRAMSCI, Antonio. **Scritti giovanili (1914-1918)**. Torino: Einaudi Editore, 1975.
- GRAMSCI, **La Costruzione del Partito Comunista (1923-1926)**, Torino: Einaudi Ed., 1978.
- GRAMSCI, **Lettere (1908-1926)**-(a cura di A. Santucci) Torino: Einaudi, 1992.
- GRAMSCI, **Quaderni del Carcere** (Edizione critica dell Istituto Gramsci, a cura di Valentino Gerratana).Torino: Einaudi Editore, 1977, 2a. ed.
- GRAMSCI, Antonio. e TOGLIATTI, Palmiro. **Gramsci a Roma, Togliatti a Mosca – Il Carteggio del 1926 (a cura di Chiara Daniele)**. Torino: Einaudi, 1999.
- LOSURDO, Domenico, **Antonio Gramsci: dal liberalismo al “comunismo critico”**. Roma: Gamberetti, 1997.
- NOGUEIRA, M. A. **Sociedade civil, entre o político-estatal e o universo gerencial**. *Rev. Bras. Ci. Soc.*, vol.18, no.52, São Paulo, Junho, 2003.
- NATOLI, Claudio. **I comunisti italiani dalla “svolta” ai fronti popolari**. In: *Critica Marxista*, 1988, n. 3-4, p. 199-225.
- NATOLI, Claudio (Org.) **Marxismo e Liberalismo: Una riflessione critica di fine secolo**. Milano: Franco Angeli, 1995.
- PAGGI, Leonardo. **Le strategie del potere in Gramsci – Tra fascismo e socialismo**. Roma: Riuniti, 1984.
- PANEBIANCO, A., **Modelos de partido: organización y poder en los partidos políticos**. Madri, Alianza Editorial, 1990.
- PANSARDI, M.V. **Gramsci e a sociedade civil global: apontamentos para uma leitura sobre o papel das instituições internacionais nas políticas públicas em educação no Brasil**.
- PANSARDI, M.V. (orgs.) **Políticas Públicas e Gestão da Educação**. Curitiba: UTP, 2007.
- SCHLESENER, Anita Helena, **Hegemonia e Cultura: Gramsci**. Curitiba: Ed. UFPR, 1992.
- SCHLESENER, **Revolução e Cultura em Gramsci**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2001.
- SCHLESENER, Antonio **Gramsci e a política italiana**. Pensamento, polêmicas, interpretação. Curitiba: UTP, 2005.
- VV. AA. **Revolucion y democracia en Gramsci**. Barcelona: Fontamara, 1981.SEMERARO, G. Gramsci e a sociedade.Civil. Petrópolis:Vozes,1999.